



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

SEU VOTO DECIDE O FUTURO DO BRASIL



A escolha que você fará no dia 28 de outubro, segundo turno das eleições presidenciais, pode influenciar muito no futuro do Brasil, para melhor ou para pior. Antes de decidir, conheça o passado, o trabalho realizado e as propostas dos candidatos Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL.

Páginas 2 e 3

Eleições 2018

Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) vão disputar o segundo turno das eleições para presidente do Brasil, em 28 de outubro. Quem for eleito vai assumir em janeiro de 2019 um país com sérios problemas estruturais. Nos últimos dois anos os trabalhadores brasileiros assistiram à destruição de direitos históricos e muitas conquistas ainda estão sob ameaça. Nada melhor do que conhecer o passado dos dois candidatos e as propostas de Haddad e de Bolsonaro para o futuro do Brasil e dos trabalhadores.

Fernando Haddad?

PROPOSTAS PARA OS TRABALHADORES

- ➔ Revogar medidas do governo Michel Temer, como a emenda do teto de gastos, a reforma trabalhista e mudanças no marco regulatório do Pré-Sal.
- ➔ Implementar medidas emergenciais para sair da crise, como redução dos juros, criação de linhas de crédito com juros e prazo acessíveis com foco nas famílias, criação de um Plano Emergencial de Empregos com foco na juventude e retomada de obras paralisadas e do Programa Minha Casa Minha Vida.
- ➔ Criar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial, para interiorizar atividade econômica.
- ➔ Isentar do Imposto de Renda de Pessoa Física quem ganha até 5 salários mínimos e criar faixas de contribuição maiores para os mais ricos.
- ➔ Criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), substituindo a atual estrutura de impostos indiretos (ICMS, IOF, IPI, ISS...).
- ➔ Tributar grandes movimentações financeiras, distribuição de lucros e dividendo e grandes patrimônios.
- ➔ Promover a reforma bancária, adotando uma tributação progressiva sobre os bancos, com alíquotas reduzidas para os que oferecerem crédito a custo menor e prazos mais longos para a industrialização. Para isso, bancos públicos devem assumir papel importante no financiamento.



Advogado, mestre em economia, doutor em filosofia e professor de ciência política da Universidade de São Paulo, Haddad é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, e prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016.

Integrou o Ministério do Planejamento do Governo Lula (2003-2004), oportunidade na qual elaborou o projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil.

Haddad criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), implantou a Universidade Aberta do Brasil e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Reformulou e ampliou o FIES, com 2,5 milhões de beneficiados, e criou o Conselho Nacional de Controle de Atividades Financeiras (Conacof) e o Conselho Nacional de Controle de Atividades Econômicas (Conace). Foi também o tempo de deslocamento dos trabalhadores da periferia e criou a Controladoria Geral do Município, na tentativa de combater a corrupção.

Ou... Jair Bolsonaro?

PROPOSTAS PARA OS TRABALHADORES

- ➔ Manter a reforma trabalhista de Temer e acabar com o 13º salário e o adicional de férias.
- ➔ Criar uma nova carteira de trabalho verde e amarela, em que o contrato individual prevaleça sobre a CLT. Os novos trabalhadores “poderão optar” por um vínculo empregatício baseado na nova carteira de trabalho ou na tradicional (azul). Na verdade, quem vai escolher é o patrão. Isto significa o fim do FGTS.
- ➔ Defende a reforma da Previdência de Temer e o sistema de capitalização. Por este modelo, 90% dos brasileiros jamais conseguirão se aposentar.
- ➔ Quer enfraquecer os sindicatos.
- ➔ Defende uma CLT com menos direitos para o trabalhador rural.
- ➔ Afirma ser patriota, mas votou a favor da entrega do petróleo do pré-sal para as empresas estrangeiras e contra a destinação dos royalties para a saúde e educação.
- ➔ Votou a favor e vai manter a Emenda Constitucional que congelou os gastos em segurança, saúde e educação pelos próximos 20 anos.
- ➔ Defende a privatização de empresas estatais. Banco do Brasil, Caixa e Petrobras correm o risco de ser vendidas para pagar dívida pública.
- ➔ É contra a taxação de grandes fortunas e heranças e contra novas tributações a empresários.



Jair Messias Bolsonaro é militar da reserva. No Exército ele chegou ao cargo de capitão. Começou ganhar projeção no Rio de Janeiro após escrever o artigo intitulado “O salário está baixo”, publicado na revista Veja.

Ingressou na política em 1988, sendo eleito vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1990, Bolsonaro foi eleito deputado federal e já acumula 7 mandatos. Em 1995, ele foi um dos deputados que aprovaram a reeleição. Em 28 anos, conseguiu aprovar apenas dois projetos de lei e nunca presidiu uma Comissão na Câmara.

Em 1993, defendeu o o fechamento temporário do Congresso Nacional. Em 1999, defendeu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2000, defendeu a pena de morte para qualquer crime premeditado e a tortura em casos de tráfico de drogas.

Mudou nove vezes de partido. Nos últimos três anos, se notabilizou pelos ataques ao PT e a políticos envolvidos em escândalos. Nesse período, voltou a defender o retorno da ditadura militar, tortura e ataques ao homossexualismo.

Alteração na Cassi

Bancários dizem NÃO!

E cobram a retomada imediata das negociações, sem perda de direitos dos associados

Em todo o país, 132.504 associados participaram da votação da reforma estatutária da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil Cassi. Desses, um total de 91.796 disseram não à proposta de reforma, e 38.970 votaram favoravelmente à alteração. Foram registrados também 805 votos brancos e 933 nulos. O resultado foi um tapa de luva na direção do BB, que usou de métodos como assédio, mensagens nos terminais de autoatendimento e nos celulares dos funcionários, como nunca havia feito em nenhuma campanha anterior.

A Contraf-CUT defendeu o voto NÃO por entender que a mudança estatutária da Cassi feria a representação dos associados na administração da Caixa de Assistência. A Confederação vem pressionando o Banco para a reabertura imediata de negociações da Cassi, sem retirar direitos dos associados.

Financiários garantem direitos

O Comando de Negociação dos Financiários da Contraf-CUT assinou dia 9 de outubro a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Aprovado pelos trabalhadores em assembleias realizadas em todo o país, o acordo garante reajuste de 3% sobre os salários, todos os direitos por dois anos e novas conquistas, como o parcelamento do adiantamento de férias.

Em uma conjuntura muito difícil para os trabalhadores, o acordo foi considerado positivo, uma vez que a maioria das categorias não está conseguindo obter aumento real e muitas outras estão perdendo direitos. Para 2018, o reajuste corresponde à reposição da inflação 1,76% (INPC entre 1º de junho de 2017 e 31 de maio de 2018), mais 1,22% de aumento real. Para 2019, o acordo prevê a reposição da inflação mais aumento real de 1%.

ACORDO - Mais de 109 mil trabalhadores perderam direitos

A média salarial e o tempo de serviço dos trabalhadores que assinaram demissão por comum acordo são maiores do que todas as outras modalidades de demissão, aponta Dieese.



Apesar da perda de direitos na hora da rescisão, a demissão por comum acordo entre patrão e trabalhador, sem a presença do sindicato da categoria, criada pela reforma Trabalhista do governo Michel Temer, tem aumentado no país, segundo dados do Ministério do Trabalho. Desde a aprovação da nova legislação, em novembro do ano passado, 109.508 trabalhadores e trabalhadoras perderam o direito ao seguro-desemprego, receberam metade do aviso-prévio (em caso de indenização) e apenas 20% da multa do FGTS paga pelo patrão - e não mais os 40% a que tinha direito.

Os dados mostram os efeitos nefastos da reforma Trabalhista. A multa de 40% sobre o FGTS e demais verbas funcionavam como um mecanismo de limitação à alta taxa de rotatividade e davam certa proteção aos trabalhadores empregados. A reforma de Temer acabou com tudo isto.

Reforma da Previdência pode voltar

Durante discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente Michel Temer deixou escapar que pode suspender a intervenção militar no Rio de Janeiro para retomar a Reforma da Previdência ainda neste ano. Não são permitidas mudanças na Constituição em casos de intervenção federal nos estados, mas ele disse que a suspensão depende de conversações que serão feitas a partir do resultado do primeiro turno das eleições. O projeto foi aprovado em comissão especial da Câmara Federal no primeiro semestre do ano passado e só não foi votado em plenário devido a pressão feita pelos trabalhadores. A reforma de Temer praticamente acaba com a aposentadoria,

uma vez que eleva o tempo de contribuição para 40 anos para alcançar aposentadoria integral e introduzir a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres com pesadas regras de transição. Também prejudica muito as mulheres e o trabalhador rural.

Se Temer não fizer, a decisão ficará para o próximo Presidente da República, que será eleito no dia 28 de outubro. As propostas são divergentes. Enquanto o candidato Fernando Haddad, do PT, é contra, o seu adversário Jair Bolsonaro, do PSL, ajudou a aprovar a reforma trabalhista e já avisou que se for eleito fará a reforma previdenciária nos moldes propostos pelo atual governo.

